

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 363

Período: 06/02/10 – 12/02/10

GEDES – Brasil

- 1- Lula afirma que modelo de caça para o Projeto FX-2 ainda não foi decidido
- 2- Brasil nega ser depositário de urânio iraniano
- 3- Programa Nuclear Brasileiro pode ser prejudicado com interdição de mina de urânio em Caetité
- 4- Especialista aponta instabilidade militar na América Latina
- 5- Ministro do STM se posiciona sobre a utilização de farda militar por Jobim
- 6- Editorial analisa discussões sobre a Lei da Anistia
- 7- General é exonerado da chefia do Departamento Geral de Pessoal do Exército após criticar a criação da Comissão da Verdade

1- Lula afirma que modelo de caça para o Projeto FX-2 ainda não foi decidido
De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, desmentiu os boatos de que escolhera o modelo de caça francês, Rafale, para o programa de reaparelhamento da Força Aérea Brasileira (FAB) – Projeto FX-2 – que prevê a compra de 36 caças. Conforme noticiara o mesmo jornal no dia 05/02/10, a escolha do modelo francês teria sido efetivada em reunião entre Lula e o ministro da Defesa, Nelson Jobim, no dia 02/02/10, após a empresa fabricante, a Dassault, ter reduzido o preço dos caças de 8,2 bilhões de dólares para 6,2 bilhões. A notícia foi refutada pelo presidente Lula em entrevista publicada no *Jornal do Comércio*, de Porto Alegre (estado do Rio Grande do Sul): "Não há qualquer decisão tomada em relação à compra dos caças. Trata-se de uma escolha muito importante para o governo e para o Brasil, considerando a nossa determinação de fazer da política nacional de defesa um eixo de desenvolvimento econômico e de autonomia tecnológica". Além disso, Lula afirmou que a decisão será tomada após consulta ao Conselho de Defesa Nacional e amparada pela Estratégia Nacional de Defesa (END), mas ressaltou que a transferência irrestrita de tecnologia a ser promovida pela empresa fabricante é um dos pontos que o Brasil não abrirá mão. Em entrevista concedida à *Folha de S. Paulo*, Yves Saint-Geours, embaixador da França no Brasil, alegou que a decisão da compra está nas mãos do governo brasileiro e que as parcerias consolidadas durante o governo Lula tem grandes possibilidades de prosseguir. O embaixador ainda declarou que a parceria França-Brasil é 'recíproca, equilibrada e global' e que não é plausível dizer que a compra dos caças tem um mero peso comercial. O jornal *Estado de S. Paulo* apurou que a França, que em 2009 exportou quatro submarinos para o Brasil, poderá aumentar seus lucros caso seja a escolhida na licitação dos caças. De acordo com dados da Direção Geral de Armamentos da França (instituição vinculada ao Ministério da Defesa francês), em 2009, ano marcado pela diminuição dos gastos militares em virtude da crise financeira, as vendas da França no setor aumentaram 21%, atingindo 7,95 bilhões de euros. E as expectativas para 2010 são ainda melhores. Os concorrentes do Projeto FX-2 são a empresa francesa Dassault,

com o modelo Rafale; a norte-americana Boeing, com o F-18 Super Hornett; e a sueca Saab, com o modelo Gripen NG. (Folha de S. Paulo – Brasil – 06/02/10; Folha de S. Paulo – Brasil – 08/02/10; O Estado de S. Paulo – Nacional – 09/02/10)

2- Brasil nega ser depositário de urânio iraniano

Os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* noticiaram que o Brasil não foi questionado pela comunidade internacional sobre a possibilidade de se tornar depositário do urânio proveniente do Irã – país que tem sido acusado por alguns países do Ocidente, como os Estados Unidos, de desenvolver um programa nuclear para fins militares, desrespeitando as normas fixadas pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). O Irã havia pedido autorização à AIEA para repor o combustível do reator de Teerã, o qual produz isótopos médicos, e a Agência propôs que o país repassasse ao Ocidente estoques de urânio com baixo nível de enriquecimento (3,5%) a fim de recuperá-los sob a forma de urânio enriquecido a 20%. O objetivo seria impedir que o Irã estoque quantidade de urânio suficiente para enriquecimento a 90%, que é o necessário para produzir uma bomba atômica. Na Conferência de Segurança, ocorrida em Munique no dia 02/02/10, o Irã manifestou relativa abertura para diálogo e o chanceler iraniano Manouchehr Mottaki disse que tem “confiança de que em breve alcançará um acordo final para o envio de seu urânio ao exterior em troca de combustível para um reator nuclear para uso medicinal” e que a idéia geral é aceita pelo seu país. Mottaki destacou, entretanto, que dependerá do Irã determinar as quantidades de urânio que serão trocadas, com base em sua necessidade. Diante as declarações, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, afirmou que a hipótese de depositar o urânio iraniano em um terceiro país não foi descartada pelos representantes daquele país, mas ressaltou que “ninguém pediu para fazer esse depósito no Brasil”. O chanceler negou o envolvimento do Brasil no processo de enriquecimento do urânio iraniano, uma vez que o país não possui aparato industrial suficiente para isso. Amorim disse que essa hipótese (de ser depositário) nunca foi discutida com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que, havendo o pedido da comunidade internacional, seria necessário estudar se há “condições técnicas” para implementá-la. Além disso, o ministro destacou o bom diálogo entre Brasil e Irã: “Eu não diria que é uma colaboração com o Irã. Temos um diálogo com o Irã, como temos com os EUA, com a França, com a Turquia, na busca de uma solução pacífica e diplomática pra essa questão” e confirmou que o Brasil vê a Turquia como um bom destino para o urânio iraniano. (Folha de S. Paulo – Mundo – 06/02/10; O Estado de S. Paulo – Internacional – 06/02/10)

3- Programa Nuclear Brasileiro pode ser prejudicado com interdição de mina de urânio em Caetité

Conforme divulgado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, a mina de urânio de Caetité, localizada no sertão do estado da Bahia, corre o risco de ser fechada por indícios de vazamento de material radioativo proveniente desta que é a única mina de urânio em atividade no Brasil. A mina é explorada pela empresa estatal Indústrias Nucleares do Brasil (INB) e seu produto é matéria-prima para

o combustível das usinas nucleares de Angra dos Reis (estado do Rio de Janeiro). Assim sendo, a retomada do Programa Nuclear Brasileiro depende do fornecimento do minério. O jornal informou que há dez dias falta água na região de Caetité e que, em três meses, houve registro de nove poços próximos à unidade da INB que foram interditados por causa do alto índice de radioatividade: até 47 vezes o limite permitido. Os laudos que apontam a contaminação da água por urânio são do órgão estadual Instituto de Gestão das Águas e Clima (Ingá). Porém, o presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (órgão federal responsável pela fiscalização do setor), Odair Gonçalves, afirmou que os dados estariam incorretos, já que as amostras de água que chegaram ao Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen) não apresentavam identificação de origem e podem ter sido manipuladas. Os poços serão analisados novamente pelo Instituto e, “caso o urânio tenha vazado da mina, a atividade da unidade de Caetité poderá ser suspensa”. Cerca de 400 toneladas de concentrado de urânio (conhecido como ‘yellow cake’) são retiradas da mina anualmente, e, caso a suspeita de contaminação da água seja confirmada, poderá prejudicar o sucesso do programa nuclear brasileiro, o qual previa para 2010 o aumento da produção anual para 800 toneladas de ‘yellow cake’, podendo chegar a 1200 toneladas por ano em 2013. Além disso, a *Folha* ressaltou que “a mina é fundamental para os planos de completar o ciclo de enriquecimento de urânio em escala industrial. Hoje, o urânio de Caetité passa por Canadá e Holanda antes de voltar ao país e abastecer as usinas de Angra dos Reis”. O programa nuclear brasileiro prevê que até 2030 sejam construídas quatro novas usinas, embora os planos estejam condicionados ao esclarecimento da contaminação dos poços. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 07/02/10)

4- Especialista aponta instabilidade militar na América Latina

O periódico *O Estado de S. Paulo* publicou trechos de uma entrevista com o especialista em América Latina do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS, sigla em inglês), James Lockhart-Smith, na qual ele aponta uma situação de instabilidade militar na região. As “inúmeras e complexas ameaças” ao equilíbrio regional foram apontadas pelo relatório Military Balance 2010 do IISS. No entanto, o especialista afirmou que, mesmo com o aumento dos gastos com aparelhamento militar nesses últimos anos, não há uma “corrida armamentista” na região, já que, em uma situação como esta, “os gastos bélicos são feitos num ciclo no qual um país tenta manter ou superar sua posição militar em comparação a outros países que estejam fazendo o mesmo. Se houvesse algo assim na região, veríamos um padrão de aquisições. Isso, contudo, não está ocorrendo”. Lockhart-Smith ainda destacou o fato de que a mudança do papel dos Estados Unidos na América Latina gerou oportunidades às ambições brasileiras de liderança na região, o que foi intensificado por outros fatores, como a “maturidade econômica e política do Brasil, que fez com que o País aumentasse sua influência coordenando diplomacia e penetração econômica”. O analista lembrou que “as ambições brasileiras são, entretanto, limitadas pelo nacionalismo dos países bolivarianos, que resistem em dar privilégios econômicos ao Brasil. Basta ver o que acontece com os investimentos da Petrobrás na Venezuela, Equador e Bolívia”. Em relação à proximidade de alguns presidentes da região com países como

Rússia, China e Irã, o especialista disse acreditar que essa é “uma tentativa de substituir a influência americana. Para isso, os líderes bolivarianos buscam parceiros mais favoráveis em termos econômicos e ideológicos, seja para a obtenção de crédito, para novos investimentos ou até mesmo para a compra de armas”. Lockhart-Smith concluiu dizendo que “o risco de um conflito não é desprezível”, mas que o cenário provável de atritos envolveria Venezuela e Colômbia, “As outras ameaças estão ligadas ao narcotráfico, mais do que a conflitos interestatais”. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 07/02/10)

5- Ministro do STM se posiciona sobre a utilização de farda militar por Jobim

Em coluna opinativa no *Jornal do Brasil*, dia 07/02/10, o ministro do Superior Tribunal Militar (STM), Olympio Pereira da Silva Junior, expôs sua posição em relação ao uso da farda militar pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim, um civil. Ele afirmou que muitos tem comentado que o uso seria indevido, podendo ser enquadrado como crime militar, ao que o ministro do STM respondeu que “Jobim não iludiu ninguém. Todos sabem que ele não é militar e que não quis se passar por um, sendo certo assim que sua conduta revelou ausência da pretensão em usurpar a autoridade que a lei não lhe confere”. Além disso, Silva sugeriu que outras autoridades do país vistam, por um dia ao menos, a farda militar, que em sua opinião é símbolo da responsabilidade, do valor da disciplina, do sentimento de companheirismo, da presença da dignidade e do amor à pátria. O ministro destacou que “(...) aos que se ofenderam ao saber que o ministro usou farda, digo eu com todo o respeito: não se desesperem. Não houve crime. Espero sinceramente que ele [Nelson Jobim] vista, que vista mais vezes, a farda do Glorioso Exército Brasileiro, da Majestosa Marinha de Guerra e da Grandiosa Força Aérea, pois, assim o fazendo, com toda a certeza, estará não só homenageando nossas Forças Armadas como também sentindo o valor daqueles brasileiros que têm a farda como sua segunda pele”. (Jornal do Brasil – Sociedade Aberta – 07/02/10)

6- Editorial analisa discussões sobre a Lei da Anistia

O *Jornal do Brasil*, em editorial do dia 07/02/10, analisou o prolongamento das discussões em torno da Lei da Anistia e de uma possível revisão da mesma. Em breve o Supremo Tribunal Federal (STF) deverá julgar a arguição proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a qual argumentou o “descumprimento de preceito fundamental” na referida Lei e propôs a invalidação do caráter amplo, geral e irrestrito da Lei da Anistia (Lei 6.683/79). Segundo o jornal, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, posicionou-se contra a ação da OAB, referendando um parecer enviado ao STF pelo então advogado-geral da União, Dias Toffoli, no qual se expressava que: “Não há como se admitir que a ordem jurídica inaugurada com a Carta de 1988 retroaja para atingir situações consolidadas quase 10 anos antes de sua promulgação, revestindo-se do caráter de lei penal mais gravosa”. No entanto, alguns dos ministros do governo Lula continuam a polemizar o assunto. O secretário especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, interpretou que o posicionamento do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, deixa claro que “o perdão aos agentes militares da repressão não impede a apuração dos crimes políticos praticados no período 1961-79”. O *Jornal do Brasil* explicitou

que espera que o STF reconheça a legitimidade da Lei da Anistia, mas “no mesmo compasso, afirme a possibilidade de acesso aos documentos históricos, como forma de exercício do direito fundamental à verdade”, conforme anunciara o chefe do Ministério Público Federal (MPF). De acordo com a *Folha de S. Paulo*, o novo presidente da OAB, Ophir Cavalcante, afirmou em entrevista que o resgate da história do Brasil é necessário para que haja o fortalecimento da democracia. (Jornal do Brasil – Sociedade Aberta – 07/02/10; Folha de S. Paulo – Brasil- 08/02/10)

7- General é exonerado da chefia do Departamento Geral de Pessoal do Exército após criticar a criação da Comissão da Verdade

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*, o general da ativa Maynard Marques de Santa Rosa, chefe do Departamento Geral de Pessoal do Exército (DGP), foi exonerado de seu cargo no dia 10/02/2010 por ter afirmado em nota que a Comissão da Verdade, criada pelo governo para investigar crimes contra os direitos humanos durante o regime militar (1964-1985), seria formada por "fanáticos" e se tornaria uma "comissão da calúnia". O ministro da Defesa, Nelson Jobim, após tomar conhecimento de tal conteúdo entrou em contato com o comandante do Exército, general Enzo Martins Peri, questionando se a nota era verdadeira, se fora escrita por Santa Rosa e exigindo "providências imediatas". Após uma resposta afirmativa do comandante do Exército, Nelson Jobim encaminhou ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o pedido de exoneração, que foi prontamente oficializado. O *Estado* analisou que a exoneração do general Santa Rosa reveste-se de um grande simbolismo que torna secundária sua motivação disciplinar. Tal ação representaria, segundo o jornal, o processo de submissão das Forças Armadas ao poder civil, uma década depois da criação do Ministério da Defesa. De acordo com o *Estado*, o atual ministro da Defesa materializa o fim do ciclo militar na política, através de medidas de implantação do orçamento único, centralização do planejamento e da decisão estratégica e comando efetivo da autoridade civil. (Folha de S. Paulo – Brasil – 10/02/10; Folha de S. Paulo – Brasil – 11/02/10; Jornal do Brasil – País – 11/02/10; O Estado de S. Paulo – Nacional – 11/02/10; O Estado de S. Paulo – Opinião – 12/02/10)

SITES DE REFERÊNCIA

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatoriodefesa@gedes.org.br.

*****Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq); Ana Paula Silva (Supervisora, mestranda em História), Diego Barbosa Ceará (Redator, mestrando em História, bolsista FAPESP); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, mestre em Relações Internacionais); Marina Salomão (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Victor Missiato (Redator, graduando em História, bolsista PIBIC/CNPq).